

Instituto de Biologia Molecular e Celular - IBMC

AJUSTE DIRETO N.º 396/2023 - IBMC

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO – SWITCH CISCO CATALYST 9300

CADERNO DE ENCARGOS

Índice

Cláusula 1ª - Objeto	4
Cláusula 2ª - Contrato.....	4
Cláusula 3ª - Início de Vigência e Duração do Contrato	5
Cláusula 4ª - Preço Base do Procedimento.....	5
Cláusula 5ª - Principais Obrigações do Adjudicatário	5
Cláusula 6ª- Entrega e Instalação dos Bens.....	6
Cláusula 7ª – Receção e Verificação dos Bens	7
Cláusula 8ª – Garantia e Conformidade Técnica dos Bens	8
Cláusula 9ª – Aspectos Submetidos à Concorrência.....	9
Cláusula 10ª – Aspectos Não Submetidos à Concorrência.....	10
Cláusula 11ª – Patentes, Licenças e Marcas Registadas	10
Cláusula 12ª - Preço Contratual.....	10
Cláusula 13ª - Condições de Pagamento do Preço.....	10
Cláusula 14ª – Penalidades Contratuais	11
Cláusula 15ª - Resolução do Contrato por parte do Contraente Público	12
Cláusula 16ª - Resolução do Contrato pelo Adjudicatário.....	13
Cláusula 17ª – Suspensão do Contrato	13
Cláusula 18ª - Modificações do Contrato	14
Cláusula 19ª – Encargos, Custos e Despesas	14
Cláusula 20ª - Gestor do Contrato	14
Cláusula 21ª - Subcontratação e Cessão da Posição Contratual.....	14
Cláusula 22ª – Responsabilidades.....	15
Cláusula 23ª – Força Maior	15
Cláusula 24ª – Sigilo e Confidencialidade	16
Cláusula 25ª – Proteção e Tratamento de Dados Pessoais	17
Cláusula 26ª - Políticas Horizontais	17
Cláusula 27ª – Interpretação e Validade	17

Cláusula 28ª – Deveres de Informação	18
Cláusula 29ª – Regime Contraordenacional.....	18
Cláusula 30ª - Legislação Aplicável.....	18
Cláusula 31ª – Foro Competente	18
Cláusula 32ª - Comunicações e Notificações	19
Cláusula 33ª – Partes Integrantes.....	19
Cláusula 34ª – Contagem de Prazos.....	19
<i>ANEXO I – Cláusulas Gerais e Técnicas</i>	21
1. <i>Objetivo da Aquisição</i>	21
2. <i>Especificações Técnicas dos Bens a Fornecer</i>	21

Cláusula 1ª - Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, que tem por objeto a *Aquisição de Equipamento Informático – Switch Cisco Catalyst 9300* pelo Instituto de Biologia Molecular e Celular - IBMC (doravante referido por “Contraente Público”) com as características, especificações e requisitos constantes do *Anexo I* e nos termos e condições definidos no presente Caderno de Encargos.
2. Atento o disposto no número anterior, o Adjudicatário obriga-se ao fornecimento do(s) bem(ns), em consonância com os termos previstos neste Caderno de Encargos, em especial atento ao(s) seu(s) anexo(s) e na proposta adjudicada.
3. A presente aquisição tem a seguinte classificação CPV principal: *30230000-0* (Equipamento Informático).

Cláusula 2ª - Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, regulado nos termos do disposto nos artigos 278.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, adiante abreviadamente designado por CCP, em especial o plasmado nos termos dos seus artigos 437.º e seguintes, e demais legislação e regulamentação aplicáveis.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo convidado e expressamente aceites pelo Órgão Competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Esclarecimentos, sobre a proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas do número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas do n.º 1 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quando aos ajustamentos propostos nos termos do disposto no Artigo 99.º do CCP e aceites e pelo Adjudicatário nos termos do disposto no Artigo 101.º do referido diploma legal.

Cláusula 3ª - Início de Vigência e Duração do Contrato

O contrato inicia-se decorrido que estejam 2 (dois) dias sobre a notificação da decisão de adjudicação ou sobre a apresentação dos documentos de habilitação, conforme o que ocorrer em último lugar, e durará pelo prazo necessário à completa e efetiva realização de todas as obrigações assumidas pelo Adjudicatário, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.

Cláusula 4ª - Preço Base do Procedimento

1. Para efeitos de elaboração de proposta(s) fixa-se, como parâmetro base do preço contratual, o valor de **€ 9 175 (nove mil, cento e setenta e cinco euros)**.
2. O preço base é o máximo limite de importe que o Contraente Público se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o contrato.
3. Proposta com valor superior ao valor do preço base será excluída.

Cláusula 5ª - Principais Obrigações do Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, em especial no CCP, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Adjudicatário, em conformidade com a absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência, as seguintes obrigações principais, a saber:

- a) Obrigação de entrega, instalação e disponibilização dos bens objeto do contrato, cumprindo os prazos propostos e adjudicados para o efeito;
- b) Entregar os bens nas instalações do Contraente Público, mencionando, obrigatoriamente, nos documentos de expedição:
 - Número de requisição;
 - Referência deste procedimento: [AD 396/2023](#);
 - Quantidade entregue;
 - Descrição do bem.
- c) Obrigação de garantia de conformidade dos bens com o contrato;
- d) Obrigação de continuidade de fabrico de todas as peças, componentes e equipamentos que integrem o(s) bem(s) objeto do contrato, nos termos previstos no presente Caderno de Encargos;

- e) Obrigação de manutenção e prestação de assistência técnica nos termos e condições definidos pelo presente Caderno de Encargos;
 - f) Comunicar, ao Contraente Público, de modo fundamentado e imediato, quaisquer ocorrências e/ou impedimentos que possam comprometer a execução atempada do contrato ou a confidencialidade dos dados fornecidos pelo Contraente Público;
 - g) Realizar o tratamento dos dados do Contraente Público, comprometendo-se a não utilizar tais dados para diferentes fins, em conformidade com o disposto na Cláusula 25ª do presente Caderno de Encargos;
 - h) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
2. O Adjudicatário reconhece que será o único e exclusivo responsável, em qualquer caso, pelos atos ou omissões dos seus trabalhadores ou de quaisquer entidades por si subcontratadas, a qualquer título, e pelos danos e prejuízos que sejam causados a pessoas e bens, correndo às suas expensas, sem quaisquer responsabilidades, ónus ou encargos para o Contraente Público, o ressarcimento ou indemnização que tais danos ou prejuízos possam motivar.
3. A título acessório, o Adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6ª- Entrega e Instalação dos Bens

1. O Adjudicatário entregará os bens objeto do contrato nas instalações do Contraente Público, no prazo máximo de **5 (cinco) semanas**, contados a partir da data de entrada em vigor do contrato e nos termos dos números seguintes, ou no prazo indicado na proposta adjudicada, se inferior.
2. Local de entrega: Edifício i3S - Rua Júlio Amaral de Carvalho nº 277 (entrada lateral do edifício - estacionamento subterrâneo) 4200-135 Porto, Portugal, entre as 09:00H e as 13:00H. Após este horário, o cais de receção encerra, não sendo possível rececionar encomendas.
3. O Adjudicatário é responsável perante o Contraente Público por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que lhe são entregues.

4. O Adjudicatário será responsável pela instalação dos bens, no prazo **máximo de 30 (trinta) dias** após a sua entrega, bem como pela disponibilização de todo o material de apoio necessário à sua plena entrada em funcionamento.
5. Os bens objeto do contrato deverão ser novos, não podendo ter sido utilizados previamente, e deverão ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam, em conformidade com o contrato, e, em tudo o que não esteja em oposição com o mesmo, em cumprimento das normas portuguesas, europeias e internacionais e com as especificações e os documentos de homologação de organismos nacionais ou internacionais aplicáveis.
6. O Adjudicatário deverá disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos, em língua portuguesa e/ou inglesa que sejam necessários para a integral utilização daquele (ex. a ficha de segurança).
7. Todas as despesas, custos com seguros, transporte do(s) bem(ns) objeto de contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do Adjudicatário.

Cláusula 7ª – Receção e Verificação dos Bens

1. Realizada a entrega dos bens objeto do contrato, o Contraente Público, por si ou através de terceiro por si designado, procede à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, no prazo de **5 (cinco) dias**, com vista a verificar que os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos definidos pelo contrato, bem como outros requisitos exigidos por lei, nomeadamente:
 - a) *Verificação Quantitativa*: terá por objetivo comprovar a conformidade das quantidades entregues e referidas na guia de remessa com as quantidades encomendadas;
 - b) *Verificação Qualitativa*: terá por objetivo comprovar a inexistência de não conformidades em termos de armazenamento, de embalagem e de transporte.
2. Após a verificação mencionada anteriormente, o Contraente Público pode:
 - a) Aceitar os bens mediante condição de, após verificação ou durante a utilização, estes cumprirem as características exigidas;
 - b) Rejeitar total ou parcialmente os bens;
 - c) Solicitar a entrega dos bens em falta.
3. Sempre que da inspeção, resultar alguma desconformidade dos bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos definidos no contrato, o Contraente Público informará o Adjudicatário de tal facto, por escrito, no prazo de **5 (cinco) dias**, após a receção dos bens.

4. No caso previsto no número anterior, o Adjudicatário deverá proceder, à sua custa e no prazo que for determinado pelo Contraente Público, à substituição dos bens, de modo a garantir a conformidade dos mesmos com o contrato, sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza dos bens e o fim a que o mesmo se destina.
5. O Contraente Público procederá à realização de nova inspeção, nos termos da presente cláusula, tudo sem prejuízo do direito de o Contraente Público optar por exigir a redução adequada do preço dos bens ou de proceder à resolução do contrato.

Cláusula 8ª – Garantia e Conformidade Técnica dos Bens

1. O Adjudicatário será responsável perante o Contraente Público por qualquer falta de conformidade dos bens com o contrato, que se manifestem dentro de um prazo mínimo de **3 (três) anos**, a contar da data da fatura, ou do prazo proposto pelo Adjudicatário, se for superior.
2. Nos termos do número anterior, o Adjudicatário obriga-se a prestar serviços de intervenção "on-site" em modo **NBD ("Next Business Day")**, pelo período de garantia adjudicado.
3. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o Adjudicatário garante fornecer os bens objeto do contrato sem quaisquer defeitos ou discrepâncias, com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos no *Anexo I* do presente Caderno de Encargos.
4. Em caso de falta de conformidade dos bens com o contrato, o Adjudicatário deverá proceder, à sua custa, sem quaisquer encargos para o Contraente Público e no prazo razoável que for por este determinado, à substituição dos bens, de modo a que seja reposta a sua conformidade, tudo sem prejuízo do direito do Contraente Público optar por exigir a redução adequada do preço dos bens ou de proceder à resolução do contrato.
5. A garantia dos bens prevista nesta cláusula abrange, designadamente:
 - a) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta, ou mesmo a substituição total do equipamento;
 - b) As despesas, incluindo de transporte, com a devolução dos bens desconformes e com a entrega dos bens novos que devam substituir aqueles ou dos bens reparados;
 - c) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - d) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;

- e) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
- f) O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
- g) As despesas com deslocações ao local onde se encontrem os bens desconformes e com materiais e mão de obra especializada, necessários à reparação ou substituição dos bens desconformes;
- h) Indemnizações por prejuízos causados a pessoas ou bens decorrentes dos bens desconformes.

6. Na sequência de qualquer reparação ou substituição que seja efetuada pelo Adjudicatário, este deverá preencher um relatório, no qual serão registadas a data da reparação ou substituição, as causas da desconformidade reportada e as medidas tomadas, se for o caso, e o técnico, que em concreto, realizou a reparação ou a substituição, devendo ser solicitada ao Gestor do Contrato a assinatura do referido relatório e posterior envio do documento para o e-mail: procedimentosccp@ibmc.up.pt.

7. A reparação ou substituição dos bens desconformes deve ser realizada dentro de um prazo razoável fixado pelo Contraente Público e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza dos bens e o fim a que o mesmo se destina;

8. É aplicável à garantia de conformidade dos bens objeto do contrato, com as necessárias adaptações e em tudo o que não esteja em oposição com o contrato, ou nele regulado de modo diferente, o disposto na lei que disciplina certos aspetos relativos à venda de bens de consumo das garantias a eles relativos.

9. Para efeitos previstos na presente cláusula, o Contraente Público deverá denunciar ao Adjudicatário a falta de conformidade dos bens no prazo de **1 (um) mês** a contar da data em que a tenha detetado.

Cláusula 9ª – Aspetos Submetidos à Concorrência

Nos termos do artigo 42.º do CCP, é submetido à concorrência o Fator Preço.

Cláusula 10ª – Aspectos Não Submetidos à Concorrência

1. Nos termos do n.º 5 do artigo 42.º do CCP, o convidado deve observar na sua proposta, e como eventual futuro Adjudicatário, garantir, sem encargos adicionais para o Contraente Público, os aspetos não submetidos à concorrência referidos no presente Caderno de Encargos.
2. O incumprimento dos pressupostos indicados no número precedente implica a exclusão da proposta.

Cláusula 11ª – Patentes, Licenças e Marcas Registadas

1. São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no decurso da execução do contrato celebrado, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso o Contraente Público venha a ser demandado por ter infringido, no decurso da execução do contrato celebrado, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Adjudicatário terá de indemnizar de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 12ª - Preço Contratual

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Contraente Público deve pagar ao Adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, nomeadamente de € ____ (____)¹ acrescido de IVA à taxa legalmente aplicável.

(1) [a preencher no termo contratual com o valor que constar da proposta adjudicada e correspondente a um aspeto da execução do contrato submetido à concorrência cujo valor não pode ser superior ao preço base do procedimento]

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Contraente Público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega e seguros necessários, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças relativas a esses bens.

Cláusula 13ª - Condições de Pagamento do Preço

1. O(s) valor(es) devido(s) pelo Contraente Público deverá(ão) ser faturado(s) **após a entrega e instalação dos bens**, oficialmente requisitados.
2. A(s) fatura(s) deverá(ão) mencionar, obrigatoriamente, o número de requisição do Contraente Público e referência deste procedimento (AD 396-2023) sob pena de devolução ao Adjudicatário.

3. A(s) fatura(s) será(ão) paga(s) no prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data de receção da(s) fatura(s) pelo Contraente Público, através de transferência bancária para a conta a indicar pelo Adjudicatário na(s) fatura(s).
4. A(s) fatura(s) deve(m) ser enviada(s) em formato eletrónico, cumprindo todos os requisitos previstos na lei Portuguesa, para o endereço de correio eletrónico: daf@ibmc.up.pt ou para outro endereço que o Contraente Público venha a indicar ao Adjudicatário, e deve(m) conter a discriminação dos bens objeto de contrato.
5. Aos mecanismos de faturação aplicados no decorrer da vigência do contrato a celebrar, são especial e conjugadamente aplicáveis, os art.º 299.º do CCP; nos números 2, 3 e 4 do artigo 2.º do DL 123/2018, de 28 de dezembro, na sua redação vigente, e o Despacho 8/2022-XXIII, de 13/12/2022 do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.
6. De modo a dar cumprimento ao estabelecido no ponto anterior, o Contraente Público notificará o Adjudicatário, ao longo da execução contratual, quanto ao modo de faturação aplicável.
7. Em caso de discordância por parte do Contraente Público, quanto ao(s) valor(es) indicado(s) na(s) fatura(s), deve este comunicar ao Adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar, também por escrito, os esclarecimentos necessários e, se for o caso, a proceder à emissão de nova(s) fatura(s) corrigida(s); o prazo de pagamento ficará suspenso até que sejam prestados todos os esclarecimentos necessários ou recebida a nova fatura.
8. O Contraente Público terá o direito a deduzir no pagamento a fazer ao Adjudicatário quaisquer quantias relativas ao pagamento de eventuais multas, coimas ou outras que lhe possam ser exigíveis, seja a que título for.

Cláusula 14ª – Penalidades Contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Contraente Público pode exigir do Adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento e até ao limite de 20% (vinte por cento) do valor contratual fixado no presente Caderno de Encargos.
2. Para efeitos do número anterior, o cálculo das penalidades referentes ao incumprimento dos prazos fixados no presente Caderno de Encargos é efetuado de acordo com a seguinte fórmula:

$$P \text{ (penalidade)} = V \text{ (valor do contrato} \times 0,001) \times A \text{ (dias em atraso, incluindo sábados, domingos e feriados)}$$

3. No que diz respeito ao incumprimento da obrigação de continuidade de fabrico constitui o Adjudicatário no dever de indemnizar o Contraente Público, em montante que se fixa desde já a título de cláusula penal até 10% (dez por cento) do valor contratual.
4. A exigência, por parte do Contraente Público, do pagamento de uma penalidade pecuniária, nos termos dos números anteriores, não exonera o Adjudicatário do cumprimento da obrigação em falta nem da prática de outros atos inerentes à reposição da normalidade contratual, o mais rapidamente possível.
5. A aplicação de sanção pecuniária, pelo Contraente Público, será precedida de uma advertência escrita, de incumprimento, ao Adjudicatário.
6. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no n.º 2 do Artigo 329.º do CCP e o Contraente Público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30 % (trinta por cento), conforme disposto no n.º 3 do referido artigo.
7. Para efeitos dos limites estipulados nos n.ºs 1, 2, 3 e 6 do supracitado artigo, quando o contrato previr prorrogações expressas ou tácitas, o valor das sanções a aplicar deve ter por referência o preço do seu período de vigência inicial.
8. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Contraente Público terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Adjudicatário e as consequências do incumprimento.
9. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do Artigo 308.º do CCP.
10. O Contraente Público poderá compensar os pagamentos devidos, ao abrigo do contrato, com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente Cláusula.
11. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Contraente Público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 15ª - Resolução do Contrato por parte do Contraente Público

1. O Contraente Público poderá resolver o contrato em caso de incumprimento definitivo pelo Adjudicatário das suas obrigações contratuais, nos termos do disposto na parte final do n.º 1 do Art.º 325.º e ainda do disposto nos artigos 333.º e 448.º.
2. O exercício do direito de resolução previsto nos números anteriores pelo Contraente Público não preclude o direito de a mesma vir a ser ressarcida pelos prejuízos que lhe advirem da conduta do Adjudicatário e da resolução.

3. O Contraente Público, independentemente da conduta do Adjudicatário, reserva-se o direito de resolver o contrato nos termos e com os fundamentos previstos nos artigos 334.º e 335.º do CCP.
4. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário por carta simples com aviso de receção.
5. A cessação dos efeitos do contrato não prejudica a verificação da responsabilidade civil ou criminal por atos ocorridos durante a execução da prestação.
6. Em caso de resolução do contrato o Adjudicatário é obrigado a entregar de imediato toda a documentação e informação, independentemente da forma que esta revista, produzida no âmbito do contrato e que esteja em sua posse, a qual é, para todos os efeitos, propriedade exclusiva do Contraente Público.

Cláusula 16ª - Resolução do Contrato pelo Adjudicatário

1. O Adjudicatário poderá resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º e 449.º do CCP.
2. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Cláusula 17ª – Suspensão do Contrato

1. Sem prejuízo do direito de resolução do contrato, o Contraente Público pode, em qualquer altura, por comprovados motivos de interesse público, designadamente quando estiverem em causa razões de segurança pública, suspender total ou parcialmente a execução do contrato.
2. A suspensão referida no número anterior produz os seus efeitos a contar do dia seguinte ao da notificação do Adjudicatário, salvo se da referida notificação constar data posterior, e é efetuada através de carta registada com aviso de receção.
3. O Contraente Público pode, a qualquer momento, levantar a suspensão da execução do contrato.
4. Para efeitos do disposto nos números anteriores, o Adjudicatário não pode reclamar ou exigir qualquer compensação ou indemnização com base na suspensão total ou parcial do contrato.

Cláusula 18ª - Modificações do Contrato

1. Qualquer intenção de alteração ao contrato deverá ser comunicada, por escrito, pela parte interessada na mesma à outra parte com uma antecedência mínima de **8 (oito) dias** em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração.
2. As modificações contratuais ficam sujeitas ao disciplinado nos termos dos artigos 311.º a 315.º, igualmente o estatuído na Parte III, Título II, Capítulo IV (Arts 437.º a 449.º) do CCP.

Cláusula 19ª – Encargos, Custos e Despesas

1. São da responsabilidade do Adjudicatário todos os custos e despesas relativos a quaisquer encargos inerentes à celebração do contrato.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, correm por conta do Adjudicatário todas as despesas e encargos em que este haja de incorrer em virtude do cumprimento de obrigações emergentes da lei, do presente caderno de encargos, do contrato e da proposta adjudicada.

Cláusula 20ª - Gestor do Contrato

1. Nos termos do artigo 290.º-A do CCP, aquando da outorga do contrato, será incluído no clausulado do mesmo a designação do Gestor do Contrato nomeado pelo Contraente Público ao qual incumbe o permanente acompanhamento da execução contratual.
2. Caso o gestor do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deverá comunicá-los de imediato ao Órgão Competente do Contraente Público, propondo em relatório fundamentado, as medidas corretivas que se revelem necessárias.
3. Gestor do Contrato nomeado: [Completar]; contacto: [Completar]
4. O responsável pela Gestão do Contrato pode ser modificado pelo Contraente Público.
5. O Adjudicatário obriga-se a nomear um representante, responsável pelo acompanhamento da execução do contrato e que desempenhe o papel de interlocutor, com o Contraente Público, para todos os fins associados à execução do contrato.

Cláusula 21ª - Subcontratação e Cessão da Posição Contratual

A subcontratação pelo Adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes são admitidas, nos termos dos Artigos 316.º e seguintes do CCP.

Cláusula 22ª – Responsabilidades

1. O Adjudicatário responde perante o Contraente Público por todos os prejuízos, direta ou indiretamente emergentes dos trabalhos objeto do contrato, bem como daqueles que resultem do incumprimento ou do deficiente cumprimento das suas obrigações contratuais, até à conclusão da execução do contrato.
2. Do mesmo modo, o Adjudicatário responde por todos os prejuízos causados por quaisquer atos ou omissões de quaisquer pessoas que, no âmbito da sua intervenção, para ele exerçam funções, independentemente do regime jurídico.
3. Se o Contraente Público vier a ser demandado por terceiros por prejuízos causados pelo Adjudicatário, no âmbito da execução do contrato, este último indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de realizar e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.
4. Correm inteiramente por conta do Adjudicatário a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à conclusão da execução do contrato, em consequência do modo de execução dos trabalhos, da atuação do seu pessoal ou dos seus fornecedores.

Cláusula 23ª – Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é havida como incumprimento e/ou cumprimento defeituoso e/ou imputável qualquer responsabilidade, a não realização pontual das prestações e/ou obrigações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, devidamente comprovado e aceite, entendendo-se como tal as circunstâncias ou acontecimentos, imprevisíveis e excepcionais, independentes das vontades das partes, e que não derivem de falta ou negligência de qualquer delas, que impossibilitem a respetiva realização, porquanto alheios à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Os requisitos do conceito de força maior, melhor definidos nos termos do plasmado no número anterior, são cumulativos.
3. Podem constituir força maior, se se verificarem os pressupostos ou requisitos enunciados nos termos do número 1 anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, furacões, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
4. Para efeitos do disposto nos números anteriores, não constituem força maior, nomeadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
5. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
6. Para efeitos do disposto no número anterior, a parte que invocar caso de força maior deve sempre comunicar, por escrito, e justificar tais situações à outra parte, bem como comunicar qual o prazo previsível para o restabelecimento da situação normalizada.
7. Para efeitos do disposto no número antecedente, sempre que uma das partes não aceite, com o dever de comunicar, por escrito, tal situação à outra parte, que certa ocorrência invocada pela outra parte constitua força maior, cabe a esta fazer prova dos respetivos pressupostos.
8. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.
9. Para efeitos do disposto no número anterior, caso a impossibilidade de execução do contrato, em resultado de caso de força maior, se prolongue por um período contínuo superior a **30 (trinta) dias**, qualquer das partes pode proceder à respetiva resolução contratual, mediante comunicação, por escrito, enviada à outra parte, com a antecedência, mínima, de **15 (quinze) dias**.

Cláusula 24ª – Sigilo e Confidencialidade

1. O Adjudicatário compromete-se, na vigência do contrato, a manter como reservado e confidencial, o respetivo conteúdo, assim como toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou

outra, relativa ao Contraente Público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, sob pena de ser responsável pelos prejuízos que daí decorrerem.

2. A informação e a documentação abrangidas pelo dever da confidencialidade não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não os destinados direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. A obrigação de confidencialidade do Adjudicatário estende-se a todos os seus trabalhadores, colaboradores, agentes ou subcontratados e a quaisquer outras pessoas que, direta ou indiretamente, intervenham na execução do contrato.

4. A obrigação de confidencialidade prevista na presente cláusula vigorará por todo o período de duração do presente contrato e manter-se-á em vigor após a cessação deste, por qualquer causa.

5. Exclui-se do dever de confidencialidade previsto nesta cláusula a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de decisão judicial transitada em julgado ou a pedido de entidades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 25ª – Proteção e Tratamento de Dados Pessoais

1. O Adjudicatário obriga-se a cumprir as obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação.

2. O Adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que o Contraente Público venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis.

Cláusula 26ª - Políticas Horizontais

Em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 1.º-A do CCP, o Adjudicatário deverá garantir, na fase de formação e execução do presente contrato, o pleno cumprimento das normas aplicáveis vigentes em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do Direito Internacional, Europeu, Nacional ou Regional.

Cláusula 27ª – Interpretação e Validade

1. O contrato e demais documentos contratuais regem-se pela lei portuguesa, sendo interpretados de acordo com as suas regras.

2. As partes no contrato que tenham dúvidas acerca do significado de quaisquer documentos contratuais, devem colocá-las à parte contrária a quem o significado dessa disposição diga diretamente respeito.
3. Se qualquer disposição do contrato ou de quaisquer documentos contratuais for anulada ou declarada nula, as restantes disposições não serão prejudicadas por esse facto, mantendo-se em vigor.
4. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o Adjudicatário obriga-se a ter em conta, na execução do contrato, as orientações que lhe forem transmitidas por escrito pelo Contraente Público, na medida em que as mesmas não colidam com as regras aplicáveis à execução do mesmo termo contratual.

Cláusula 28ª – Deveres de Informação

1. Qualquer uma das partes deve informar a outra parte de quaisquer factos ou circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com os princípios da boa-fé e da confiança, no prazo máximo de até 10 (dez) dias a contar do respetivo conhecimento.
2. Atento o disposto no número anterior, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra parte, em especial, de quaisquer factos ou circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações decorrentes da lei e/ou do contrato e/ou do caderno de encargos e/ou da proposta adjudicada.

Cláusula 29ª – Regime Contraordenacional

Para além das sanções por incumprimento previstas na Cláusula de Penalidades Contratuais do presente Caderno de Encargos, constituem contraordenações muito graves as previstas no Artigo 456.º, contraordenações graves as descritas no art.º 457.º e contraordenações simples as gizadas no Artigo 458.º, todos do Código de Contratos Públicos.

Cláusula 30ª - Legislação Aplicável

Em tudo o omissis neste Caderno de Encargos, observar-se-á o previsto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Cláusula 31ª – Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 32ª - Comunicações e Notificações

1. Salvo se outra formalidade estiver especialmente prevista neste contrato, todas as comunicações e notificações a efetuar entre as partes, nos termos e ao abrigo do contrato, deverão ser efetuadas por escrito e enviadas por correio registado com aviso de receção ou por correio eletrónico com recibo de leitura para as moradas e endereços de correio eletrónico que de seguida se indicam, ou para quaisquer outros que as partes venham a designar, mediante comunicação prévia por escrito à contraparte, sob pena de se considerarem como não realizadas.
2. As comunicações ou notificações feitas por correio eletrónico consideram-se recebidas na data constante na respetiva comunicação de receção transmitida pelo recetor para o emissor.

Para o Contraente Público:

À atenção de: Serviço de Contratação Pública

Morada: Rua Alfredo Allen, nº 208, 4200-135, Porto

Endereço de correio eletrónico: procedimentosccp@ibmc.up.pt

Para o Adjudicatário:

À atenção de: ... [Completar]

Morada: ... [Completar]

Endereço de correio eletrónico: ... [Completar]

3. As moradas indicadas serão válidas para efeitos de eventuais citações ou notificações judiciais.
4. Qualquer alteração das informações de contacto constantes nesta cláusula deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 33ª - Partes Integrantes

1. Faz parte integrante do presente Caderno de Encargos, o seu *Anexo I*.
2. Fazem sempre parte integrante do contrato, o Caderno de Encargos e os seus anexos, bem como os demais documentos contratuais, o Convite, a proposta adjudicada e toda a correspondência trocada entre as partes.

Cláusula 34ª - Contagem de Prazos

1. A contagem dos prazos, na fase de formação do contrato no contrato, obedece ao disposto no artigo 470.º do CCP.

2. A contagem dos prazos, na fase de execução dos contratos, cumpre o estatuído no artigo 471.º do CCP.

IBMC

ANEXO I – Cláusulas Gerais e Técnicas

1. Objetivo da Aquisição

O Contraente Público, especificamente o seu Centro de Genética Preditiva e Preventiva ("CGPP"), pretende adquirir um equipamento de rede com vista a completar a conectividade da sua nova infraestrutura de suporte ao seu ambiente de TI, baseada numa arquitetura de alta disponibilidade.

Este equipamento fará a ligação entre a infraestrutura do Edifício i3S com o sistema de cópias de segurança, tornando as cópias mais céleres, passando as cópias totais a serem realizadas em apenas 1 (um) dia em vez de 5 (cinco)/ 7 (sete) dias, aumentando assim a velocidade de transferência de dados a partir do *data center* do DSI para o CGPP, bem como no sentido inverso.

2. Especificações Técnicas dos Bens a Fornecer

O Adjudicatário obriga-se a fornecer ao Contraente Público, os bens objeto do contrato, com as características, especificações e requisitos mínimos abaixo descritos ou similares:

❖ Características gerais, mínimas, a cumprir:

- Equipamento novo;
- Permitir uma gestão centralizada;
- Ser fiável;
- Ser robusto;
- Ser tolerante a falhas;
- Ser escalável permitindo desta forma uma proteção de investimento no futuro;
- Simplicidade de uso e gestão.

❖ Equipamento de rede:

De forma a ter conectividade com o equipamento de cópias de segurança que ficará localizado no Edifício i3S na Ala Nascente, será necessário que o equipamento objeto do contrato permita ligações 10/25GB com os seguintes requisitos:

- Equipamento de formato em rack de 1U;
- 48 port Data, 48x 10G Multigigabit (10G/5G/2.5G/1G/100M);
- Network module com 8 x 10G/25G Network Module SFP+/SFP28;
- Suportar SFP de dupla velocidade a 10/25G de forma a garantir proteção de investimento;
- Fontes de alimentação redundante;
- Desempenho:
 - ✓ Capacidade de comutação até 2 Tbps;
 - ✓ Capacidade de encaminhamento de pacotes: até 1.400Mpps;
 - ✓ Número total de endereços MAC até 30.000;
 - ✓ Número total de rotas IPv4 (rotas diretas e ARP) até 35.000;
 - ✓ Número total de rotas IPv6 (rotas indiretas) até 10.000;
 - ✓ Número total de rotas multicast IPv4 até 8.000;
 - ✓ Número total de rotas multicast IPv6 até 30.000;
 - ✓ ACL de QoS escaláveis até 4.000;
 - ✓ VLAN Ids até 4.000;
 - ✓ Jumbo Frames até 9.198 bytes;
 - ✓ Funcionais:
 - Redundância e alta disponibilidade:
 - Cross-stack EtherChannel;
 - Atualizações de software rápidas e extensíveis;
 - IEEE 802.1s Multiple Spanning Tree Protocol (MSTP);
 - Per-VLAN Rapid Spanning Tree (PVRST+);
 - Solução em cascata, com SO em arquitetura resiliente em que a substituição é feita em 50ms quando em falha.

Roteamento IP

- Routing Information Protocol versão 2 (RIPv2), e nova geração [RIPng];

- Open Shortest Path First versão 2 (OSPFv2), e OSPFv3;
- Border Gateway Protocol versão 4 (BGPv4), e BGPv6;
- Protocol-Independent Multicast (PIM) Sparse-Mode (PIM-SM);
- Protocol-Independent Multicast (PIM) Source-Specific Mode (PIM-SSM).

QoS empresarial

- 802.1p Class of Service (CoS);
- Differentiated Services Code Point (DSCP) field classification;
- Shaped Round Robin (SRR) agendamento;
- Committed Information Rate (CIR), e 8 filas de saída por porta.

❖ ***Lista de Abreviaturas e Estrangeirismos Utilizados***

- *ACL – lista de controle de acessos;*
- *Multicast – transmissão múltipla;*
- *Network module – módulo de rede;*
- *QoS – qualidade de serviço;*
- *Rack – prateleira;*
- *SPF - small form-factor pluggable;*
- *VLAN – área de rede local virtual.*